

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0451-18

Itaqui(RS), 14 de setembro de 2018.

Exmo. Sr. Vereador
LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Presidente da Câmara de Vereadores
Palácio Rincão da Cruz
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942
Bairro: Centro
CEP: 97650-000
Itaqui – RS

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar o **Projeto de Lei nº 054-18, de 14-09-2018**, acompanhado de sua respectiva justificativa, que busca autorização para “*abrir Crédito Especial por Superavit no valor de R\$ 29.242,72*”, para apreciação e decisão dessa Casa Legislativa.

Colocamo-nos a disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica  Folha nº 02

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 054-18, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial por Superavit no valor de R\$ 29.242,72.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial por Superavit, no valor de R\$ 29.242,72 (Vinte e nove mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), para ser aplicado no seguinte Órgão e Rubrica:

ÓRGÃO	21	DEPARTAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	
UNIDADE	1	ENCARGOS ESPECIAIS	
FUNÇÃO	28	ENCARGOS ESPECIAIS	
SUB FUNÇÃO	845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	
PROGRAMA	000	ENCARGOS ESPECIAIS	
PROJ/ATIV	0003	ENCARGOS ESPECIAIS	
CÓDIGO	44209300000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 29.242,72
RECURSO	1813	FNDE CAMINHO DA ESCOLA	

TOTAL: R\$ 29.242,72

Art. 2º Servirá de recurso ao Crédito Especial o saldo em conta-corrente, conforme Termos de Compromisso nº 8581, valor R\$ 1.371,54, 6371, valor R\$ 21.280,84, e, 201600796, valor R\$ 6.590,38, conforme Memorandos nº 068, 071 e 074, da Sec. Municipal de Captação de Recursos, anexo.

TOTAL: R\$ 29.242,72

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de setembro de 2018.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Folha nº 03
Rubrica 

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 054-18, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

J U S T I F I C A T I V A

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei nº 054-18, de 14-09-2018, que pretende colher a indispensável autorização Legislativa para abrir Crédito Especial, referente aos Termos de Compromisso nº 6371, 8581 e 201600796, para execução de lançamentos contábeis.

São estas as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito, em 14 de setembro de 2018.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica  Folha nº 04

Prefeitura Municipal de Itaquí



Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos
Gerente Municipal de Convênios e Contratos

Memorando 068/2018

Itaquí, 05 de outubro de 2018.

DE: Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos

PARA: Secretaria Municipal da Fazenda – Setor de Contabilidade - Tesouraria

ASSUNTO: Devolução saldo existente conta aplicação Termo de Compromisso 8581.


Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, em referência ao **Termo de Compromisso 8581** destinado a **Aquisição de veículo acessível de transporte escolar diário de estudantes da Educação Básica (Ônibus)** e em atendimento ao Relatório SIMEC de 03/09/2018 (Cópia em anexo) recebido em 03/09/2018, solicitamos o **Empenho e Devolução** no valor de **R\$ 1.392,97** (hum mil trezentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos).

Salientamos que a devolução deverá ser realizada o mais breve possível e que o prazo final para este procedimento é de **03/10/2018** sob pena de Tomada de Contas Especial.

O valor acima informado refere-se a conta Rendimentos Aplicação Agência 0271-2, conta: 22.825-7 do Banco Brasil, em 18/04/2013.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos

Atenciosamente.


Márcio Luciano Veppo Palma
Vice-Prefeito


10/03/18
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria

Protocolo

Rubrica

Folha nº 05

RELATÓRIO SIMEC 03/09/2018

Senhor(a) Prefeito(a),

1. Informamos que não consta no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC o envio da prestação de contas relativa ao(s) Termo(s) de Compromisso abaixo identificado(s):

Termo de Compromisso	Processo	Conveniente	CNPJ	Prazo para prestar Contas	Início – Fim Vigência	Valor total repassado	Programa	Saldo
8581	23400.009955/2012-67	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	02/2013 - 08/2014	132.000,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios_E X	1.390.007
6371	23400.010869/2012-05	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	08/2014 - 12/2014	501.000,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios_E X	21.568,07
201304386	23400.012433/2013-23	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	09/2014 - 09/2015	495.320,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios	14.239,26

2. Considerando os períodos dos créditos dos recursos e da execução do(s) Termo(s) de Compromisso, bem como o(s) prazo(s) para prestar contas, foram identificados outros responsáveis, conforme disposto no “Rol de Responsáveis” inerente a cada Transferência no SIMEC, que também serão notificados e orientados a adotar as providências necessárias.

3. A obrigação de prestar contas dá-se nos termos do Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e demais normativos aplicáveis. Dessa forma, concedemos o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência deste Ofício, para o saneamento da pendência ou para a devolução dos recursos, devidamente atualizados. O não atendimento a esta diligência no prazo estabelecido implicará a inadimplência da Entidade e a adoção da devida medida de exceção, instauração de Tomada de Contas Especial ou o registro no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que este último ocorrerá em 75 (setenta e cinco) dias a contar do fim do prazo concedido inicialmente.

4. Em razão do disposto Resolução nº 12, de 6 de junho de 2018, que institui a obrigatoriedade do uso Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, deve-se proceder à devida inserção dos dados no referido Sistema, o qual é acessado no endereço: <http://simec.mec.gov.br>, sendo que a documentação apresentada fisicamente não é válida para comprovação.

5. Caso não disponha da documentação necessária, orientamo-lo a manter contato com os demais responsáveis, visando ao saneamento da pendência ou a devolução dos recursos, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando o resguardo do patrimônio público. Optando Vossa Excelência pela adoção das medidas legais, é necessário que apresente:

Assinatura de Vereadores de Itaquí
Secretaria
Folha nº 06
Rubrica

ao FNDE, obrigatoriamente, acompanhada de cópia autenticada de representação protocolizada junto ao respectivo órgão do Ministério Público, para adoção das providências cíveis e criminais da sua alçada, de acordo com o Manual de Assistência Financeira do FNDE (Resolução CD/FNDE nº 53, de 29/10/2009).

6. Caso opte pela devolução total dos recursos, deve-se atualizar o valor do débito na data do pagamento, com base no valor e data das Ordens Bancárias indicados no Sítio do FNDE - <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes> ou no SIMEC, utilizando-se o Sistema Débito, no Sítio do Tribunal de Contas da União - <http://portal.tcu.gov.br/sistema-atualizacao-de-debito/>, e recolher via Guia de Recolhimento da União, conforme instruções constantes no endereço <http://www.fnde.gov.br/acoes/prestacao-de-contas/area-para-gestores/gru-devolucao-de-recursos-financeiros>. O índice tem correção mensal, razão pela qual o valor a ser restituído deverá ser atualizado na data da efetiva devolução.
7. Alertamos que Vossa Excelência é responsável pela devolução do(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) específica(s) (conta corrente e conta aplicação), conforme apontado nos quadros constantes no parágrafo 1 desta Diligência. Essa devolução também deverá ser atualizada pelo Sistema Débito e recolhida por GRU. Ressaltamos que o saldo de aplicação não necessita de atualização. Caso verifique que exista saldo, orientamos que efetue o recolhimento e declare na respectiva prestação de contas, enviando-a via SIMEC ao FNDE, ainda que não possua os demais registros da execução, o que sanará a responsabilidade de Vossa Excelência perante o saldo verificado quando da análise por esta Autarquia.
8. Em tempo, salientamos que nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos, de acordo com o incidente de uniformização de jurisprudência do TCU exposta na Súmula nº 286 - TCU - Plenário, as medidas restritivas e de exceção levarão em conta a responsabilização solidária da entidade pelo dano causado ao erário.
- Atenciosamente.
- Equipe PAR MEC/FNDE
- Declaro ciência da notificação por omissão de prestar contas do(s) Termo(s) listado(s) acima.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica 
Folha nº 04

Prefeitura Municipal de Itaquí



Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos
Gerente Municipal de Convênios e Contratos

Memorando 071/2018

Itaquí, 10 de setembro de 2018.

DE: Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos

PARA: Secretaria Municipal da Fazenda – Setor de Contabilidade - Tesouraria

ASSUNTO: Devolução saldo existente conta aplicação Termo de Compromisso 6371/2012.


Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, em referência ao **Termo de Compromisso 6371** destinado a **Aquisição de ônibus rural escolar ORE3 com plataforma elevatória veicular** e em atendimento ao Relatório SIMEC de 03/09/2018 (Cópia em anexo) recebido em 03/09/2018, solicitamos o **Empenho e Devolução** no valor de **R\$ 21.620,94** (vinte e um mil seiscentos e vinte reais e noventa e quatro centavos).

Salientamos que a devolução deverá ser realizada o mais breve possível e que o prazo final para este procedimento é de **03/10/2018** sob pena de Tomada de Contas Especial.

O valor acima informado refere-se a conta Rendimentos Aplicação Agência 0271-2, conta: 22.873-7 do Banco Brasil, em 10/09/2018.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos.

Atenciosamente.


Márcio Luciano Veppo Palma
Vice-Prefeito


10/09/18

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Folha nº 08
Protocolo
Rubrica

RELATÓRIO SIMEC 03/09/2018

Senhor(a) Prefeito(a),

1. Informamos que não consta no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC o envio da prestação de contas relativa ao(s) Termo(s) de Compromisso abaixo identificado(s):

Termo de Compromisso	Processo	Conveniente	CNPJ	Prazo para prestar Contas	Início – Fim Vigência	Valor total repassado	Programa	Saldo
8581	23400.009955/2012-67	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	02/2013 - 08/2014	132.000,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios_E X	1.390,00
6371	23400.010869/2012-05	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	08/2014 - 12/2014	501.000,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios_E X	21.568,00
201304386	23400.012433/2013-23	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	09/2014 - 09/2015	495.320,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios	14.239,20

2. Considerando os períodos dos créditos dos recursos e da execução do(s) Termo(s) de Compromisso, bem como o(s) prazo(s) para prestar contas, foram identificados outros responsáveis, conforme disposto no “Rol de Responsáveis” inerente a cada Transferência no SIMEC, que também serão notificados e orientados a adotar as providências necessárias.

3. A obrigação de prestar contas dá-se nos termos do Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e demais normativos aplicáveis. Dessa forma, concedemos o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência deste Ofício, para o saneamento da pendência ou para a devolução dos recursos, devidamente atualizados. O não atendimento a esta diligência no prazo estabelecido implicará a inadimplência da Entidade e a adoção da devida medida de exceção, instauração de Tomada de Contas Especial ou o registro no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que este último ocorrerá em 75 (setenta e cinco) dias a contar do fim do prazo concedido inicialmente.

4. Em razão do disposto Resolução nº 12, de 6 de junho de 2018, que institui a obrigatoriedade do uso Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, deve-se proceder à devida inserção dos dados no referido Sistema, o qual é acessado no endereço: <http://simec.mec.gov.br>, sendo que a documentação apresentada fisicamente não é válida para comprovação.

5. Caso não disponha da documentação necessária, orientamo-lo a manter contato com os demais responsáveis, visando ao saneamento da pendência ou a devolução dos recursos, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando o resguardo do patrimônio público. Optando Vossa Excelência pela adoção das medidas legais, é necessário apresentar justificativa.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica
Folha nº 09

ao FNDE, obrigatoriamente, acompanhada de cópia autenticada de representação protocolizada junto ao respectivo órgão do Ministério Público, para adoção das providências cíveis e criminais da sua alçada, de acordo com o Manual de Assistência Financeira do FNDE (Resolução CD/FNDE nº 53, de 29/10/2009).

6. Caso opte pela devolução total dos recursos, deve-se atualizar o valor do débito na data do pagamento, com base no valor e data das Ordens Bancárias indicados no Sítio do FNDE - <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes> ou no SIMEC, utilizando-se o Sistema Débito, no Sítio do Tribunal de Contas da União - <http://portal.tcu.gov.br/sistema-atualizacao-de-debito/>, e recolher via Guia de Recolhimento da União, conforme instruções constantes no endereço <http://www.fnde.gov.br/acoes/prestacao-de-contas/area-para-gestores/gru-devolucao-de-recursos-financeiros>. O índice tem correção mensal, razão pela qual o valor a ser restituído deverá ser atualizado na data da efetiva devolução

7. Alertamos que Vossa Excelência é responsável pela devolução do(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) específica(s) (conta corrente e conta aplicação), conforme apontado nos quadros constantes no parágrafo 1 desta Diligência. Essa devolução também deverá ser atualizada pelo Sistema Débito e recolhida por GRU. Ressaltamos que o saldo de aplicação não necessita de atualização. Caso verifique que exista saldo, orientamos que efetue o recolhimento e declare na respectiva prestação de contas, enviando-a via SIMEC ao FNDE, ainda que não possua os demais registros da execução, o que sanará a responsabilidade de Vossa Excelência perante o saldo verificado quando da análise por esta Autarquia.

8. Em tempo, salientamos que nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos, de acordo com o incidente de uniformização de jurisprudência do TCU exposta na Súmula nº 286 - TCU - Plenário, as medidas restritivas e de exceção levarão em conta a responsabilização solidária da entidade pelo dano causado ao erário.

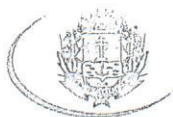
Atenciosamente.

Equipe PAR MEC/FNDE

Declaro ciência da notificação por omissão de prestar contas do(s) Termo(s) listado(s) acima.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Folha nº 10
Protocolo
Rubrica

Prefeitura Municipal de Itaqui



Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos
Gerente Municipal de Convênios e Contratos

Memorando 074/2018

Itaqui, 12 de setembro de 2018.

DE: Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos

PARA: Secretaria Municipal da Fazenda – Setor de Contabilidade - Tesouraria

ASSUNTO: Devolução saldo existente conta aplicação Termo de Compromisso 201600796.

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, em referência ao Termo de Compromisso 201600796 destinado a Aquisição de Ônibus Rural Escolar ORE 3 com Plataforma Elevatória Veicular (Ônibus Rural Escolar Grande com plataforma), solicitamos o Empenho e Devolução no valor de R\$ 6.590,38 (seis mil quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos).

Salientamos que a devolução deverá ser realizada o mais breve possível e que o prazo final para este procedimento é de 03/10/2018 sob pena de Tomada de Contas Especial.

O valor acima informado refere-se a conta Rendimentos Aplicação Agência 0271-2, conta: 26293-5 do Banco Brasil, em 12/09/2018.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos.

Atenciosamente.


Márcio Luciano Veppo Palma
Vice-Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica  Folha nº 11


12/09/18


RELATÓRIO SIMEC 03/09/2018

Senhor(a) Prefeito(a),

1. Informamos que não consta no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC o envio da prestação de contas relativa ao(s) Termo(s) de Compromisso abaixo identificado(s):

Termo de Compromisso	Processo	Conveniente	CNPJ	Prazo para prestar Contas	Início – Fim Vigência	Valor total repassado	Programa	Saldo
8581	23400.009955/2012-67	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	02/2013 - 08/2014	132.000,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios_E X	1.390,00
6371	23400.010869/2012-05	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	08/2014 - 12/2014	501.000,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios_E X	21.388,00
201304386	23400.012433/2013-23	PREF MUN DE ITAQUI	88.120.662/0001-46	31/08/2018	09/2014 - 09/2015	495.320,00	PAR_Termo de Compromisso_Municipios	14.239,26

2. Considerando os períodos dos créditos dos recursos e da execução do(s) Termo(s) de Compromisso, bem como o(s) prazo(s) para prestar contas, foram identificados outros responsáveis, conforme disposto no “Rol de Responsáveis” inerente a cada Transferência no SIMEC, que também serão notificados e orientados a adotar as providências necessárias.

3. A obrigação de prestar contas dá-se nos termos do Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e demais normativos aplicáveis. Dessa forma, concedemos o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência deste Ofício, para o saneamento da pendência ou para a devolução dos recursos, devidamente atualizados. O não atendimento a esta diligência no prazo estabelecido implicará a inadimplência da Entidade e a adoção da devida medida de exceção, instauração de Tomada de Contas Especial ou o registro no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que este último ocorrerá em 75 (setenta e cinco) dias a contar do fim do prazo concedido inicialmente.

4. Em razão do disposto Resolução nº 12, de 6 de junho de 2018, que institui a obrigatoriedade do uso Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, deve-se proceder à devida inserção dos dados no referido Sistema, o qual é acessado no endereço: <http://simec.mec.gov.br>, sendo que a documentação apresentada fisicamente não é válida para comprovação.

5. Caso não disponha da documentação necessária, orientamo-lo a manter contato com os demais responsáveis, visando ao saneamento da pendência ou a devolução dos recursos, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando o resguardo do patrimônio público. Optando Vossa Excelência pela adoção das medidas legais, é necessário que apresente justificativa

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

Secretaria

Protocolo

Folha nº 12

Rubrica

ao FNDE, obrigatoriamente, acompanhada de cópia autenticada de representação protocolizada junto ao respectivo órgão do Ministério Público, para adoção das providências cíveis e criminais da sua alçada, de acordo com o Manual de Assistência Financeira do FNDE (Resolução CD/FNDE nº 53, de 29/10/2009).

6. Caso opte pela devolução total dos recursos, deve-se atualizar o valor do débito na data do pagamento, com base no valor e data das Ordens Bancárias indicados no Sítio do FNDE - <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes> ou no SIMEC, utilizando-se o Sistema Débito, no Sítio do Tribunal de Contas da União - <http://portal.tcu.gov.br/sistema-atualizacao-de-debito/>, e recolher via Guia de Recolhimento da União, conforme instruções constantes no endereço <http://www.fnde.gov.br/acoes/prestacao-de-contas/area-para-gestores/gru-devolucao-de-recursos-financeiros>. O índice tem correção mensal, razão pela qual o valor a ser restituído deverá ser atualizado na data da efetiva devolução.

7. Alertamos que Vossa Excelência é responsável pela devolução do(s) saldo(s) existente(s) na(s) conta(s) específica(s) (conta corrente e conta aplicação), conforme apontado nos quadros constantes no parágrafo 1 desta Diligência. Essa devolução também deverá ser atualizada pelo Sistema Débito e recolhida por GRU. Ressaltamos que o saldo de aplicação não necessita de atualização. Caso verifique que exista saldo, orientamos que efetue o recolhimento e declare na respectiva prestação de contas, enviando-a via SIMEC ao FNDE, ainda que não possua os demais registros da execução, o que sanará a responsabilidade de Vossa Excelência perante o saldo verificado quando da análise por esta Autarquia.

8. Em tempo, salientamos que nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos, de acordo com o incidente de uniformização de jurisprudência do TCU exposta na Súmula nº 286 - TCU - Plenário, as medidas restritivas e de exceção levarão em conta a responsabilização solidária da entidade pelo dano causado ao erário.

Atenciosamente.

Equipe PAR MEC/FNDE

Declaro ciência da notificação por omissão de prestar contas do(s) Termo(s) listado(s) acima.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica
Folha nº 13